

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Maria Clara Santana de Freitas

**AS DIFICULDADES ENFRENTADAS POR DISCENTES NEGROS NA TRANSIÇÃO DO ENSINO
MÉDIO PARA O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Clarice Cassab Torres.

Juiz de Fora
2024

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Maria Clara Santana de Freitas**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201972124A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **AS DIFICULDADES ENFRENTADAS POR DISCENTES NEGROS NA TRANSIÇÃO DO ENSINO MÉDIO PARA O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO**, desenvolvido durante o período de 09 de março de 2024 a 27 de setembro de 2024 sob a orientação de Clarice Cassab Torres, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 27 de Setembro de 2024.



Maria Clara Santana de Freitas

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

AS DIFICULDADES ENFRENTADAS POR DISCENTES NEGROS NA TRANSIÇÃO DO ENSINO MÉDIO PARA O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Maria Clara Santana de Freitas¹

RESUMO

Tendo em vista a importância da discussão no ambiente acadêmico, ao destacar como a desigualdade educacional se inicia muito cedo. Mostrando como as pessoas negras, especialmente aquelas provenientes de famílias de baixa renda, enfrentam uma série de desafios que impactam negativamente seu desempenho acadêmico, o presente estudo trata sobre como a desigualdade educacional é um grande empecilho que pessoas negras, da classe trabalhadora, enfrentam ao tentar ingressar em uma Universidade Pública, a fim de analisar as dificuldades no caminho de pessoas negras que possuem baixa renda familiar, mas que mesmo assim buscam uma formação no ensino superior do Brasil. Para tanto, foi necessário analisar como e as principais barreiras que esses alunos têm enfrentado na transição do ensino médio para o ensino superior. Analisando como a qualidade de ensino ofertado nas escolas públicas pode impactar o desempenho acadêmico dos estudantes negros nos processos de ingresso nas universidades e investigar o papel do racismo estrutural no ambiente escolar e sua influência na trajetória acadêmica de estudantes negros, questionando se as políticas públicas de acesso, como as cotas raciais, são realmente eficazes no processo analisado. Realizou-se, então, uma pesquisa de natureza básica, através de uma abordagem qualitativa, para obter os dados necessários, foi realizada revisão bibliográfica, onde foi possível concluir que o fator classe é determinante na construção da vida acadêmica do indivíduo.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino superior; ensino médio; classe social; desigualdade; política de educação; política de cotas.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo principal analisar as dificuldades enfrentadas por estudantes negros no Brasil, com o foco na transição do ensino médio para ensino superior. Sabe-se que no país a desigualdade social afeta os brasileiros de diversas maneiras, incluindo na educação, desta forma, é possível perceber que a educação básica não é fornecida para todos de forma igualitária. Quando analisamos a transição do ensino médio para o ensino superior essa desigualdade se torna evidente. Ao analisar essa questão através de um recorte racial e socioeconômico, vemos que os estudantes negros de baixa renda são os mais afetados.

Assim, é possível ver que a desigualdade educacional é estrutural e que está profundamente enraizada na sociedade brasileira. Pois, ao tentar ingressar em universidades públicas, os estudantes negros de baixa classe acabam enfrentando barreiras significativas. Perpetuando as condições de exclusão e marginalização desta parcela da população do país. Impedindo a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Visando abordar a questão da desigualdade educacional no Brasil, com o foco em pessoas negras, este estudo busca analisar as causas, bem como os empecilhos enfrentados por essas pessoas no processo de ingresso em Universidades Públicas. Afim de buscar entender o contexto socio cultural e econômico dos mesmos, pois diante das dificuldades vividas, alguns precisam trabalhar e estudar ao mesmo tempo, impedindo a total dedicação aos estudos. Desta forma, este trabalho tem como questão principal analisar as dificuldades enfrentadas por discentes negros na transição da educação básica para ensino superior.

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Clarice Cassab Torres.

Diante da urgência no cenário atual no país, este estudo justifica-se pela importância da discussão no ambiente acadêmico, ao destacar como a desigualdade educacional se inicia muito cedo. Mostrando como as pessoas negras, especialmente aquelas provenientes de famílias de baixa renda, enfrentam uma série de desafios que impactam negativamente seu desempenho acadêmico. Como por exemplo, a falta de infraestrutura nas escolas, carência de materiais didáticos adequados, carência de profissionais, assim como de professores com baixa qualificação profissional, entre outras condições precárias que afetam diretamente o aprendizado.

É notório que há um déficit representativo de pessoas negras no ensino superior, principalmente em instituições públicas de prestígio, isso acontece parcialmente pelas políticas de acesso que historicamente privilegiaram os alunos de escolas particulares. No qual foi criado um sistema de seleção que favorece os alunos que tiveram acesso a uma educação de qualidade, geralmente instituições privadas, mantendo assim, o conhecimento no poder de pessoas brancas e de classe média e alta.

É importante ressaltar que a desigualdade educacional não se limita apenas ao acesso, mas também se manifesta nas condições que permitem a permanência do aluno na instituição, possibilitando a conclusão do curso. A visão de não pertencimento a um local de ensino superior está presente na comunidade preta e pobre, o que faz com que muitos optem por desistir dos estudos, por não ser algo que vá trazer um reconhecimento financeiro imediato.

Assim, frequentemente, os estudantes negros de baixa renda se sentem inferiores a pessoas que estudaram em escolas particulares, em comparação com aquilo que lhes é oferecido. Com isso, percebe-se que os estudantes negros, muitas vezes, enfrentam dificuldades adicionais, como a falta de apoio financeiro, a ausência de políticas de permanência estudantil eficazes.

O preconceito racial e de classe, presentes no ambiente institucional, contribui com o cenário atual, pois é responsável por gerar altas taxas de evasão. Diante desse cenário, é fundamental que se aprofunde a compreensão sobre os mecanismos que perpetuam a desigualdade educacional, assim como buscar desenvolver estratégias eficazes para promover a inclusão e a permanência de pessoas negras de baixa renda nas universidades.

Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa é analisar as dificuldades enfrentadas por pessoas negras de baixa renda, nas quais buscam uma formação no ensino superior do Brasil. De forma mais específica, buscou-se analisar como e as principais barreiras que esses alunos têm enfrentado na transição do ensino médio para o ensino superior. Analisando como a qualidade de ensino ofertado nas escolas públicas pode impactar o desempenho acadêmico dos estudantes negros nos processos de ingresso nas universidades. Bem como, investigar o papel do racismo estrutural no ambiente escolar e sua influência na trajetória acadêmica de estudantes negros, questionando se as políticas públicas de acesso, como as cotas raciais, são realmente eficazes no processo analisado.

Desta forma, este estudo tem por finalidade realizar uma pesquisa de natureza básica, através de uma abordagem qualitativa, para obter os dados necessários, foi realizada revisão bibliográfica, dividida em quatro seções. Na primeira será discutida a trajetória escolar de estudantes de escolas públicas; seguindo de como os fatores raça e classe agravam as desigualdades na educação, na qual é camuflada pelo o mito da meritocracia racial; logo após, discorreremos sobre a aplicação da lei de cotas (Lei 12.711/2012); e por fim, as considerações finais.

2. AMBIENTE ESCOLAR E A DESIGUALDADE RACIAL E DE CLASSE

Esse estudo traz a trajetória escolar de jovens que estudam em escolas públicas no Brasil, mostrando como ela é marcada por uma série de desafios que se destacam quando se considera a interseção entre desigualdade racial e de classe. Entende-se que o sistema educacional brasileiro, historicamente desigual, reflete e perpetua as disparidades sociais, econômicas e raciais, resultando em um cenário onde estudantes negros da classe trabalhadora enfrentam obstáculos significativos em sua jornada educacional.

As desigualdades sociais no Brasil são históricas e profundas, refletindo um passado marcado pela escravidão e pela concentração de renda, nas quais se manifestam diversas formas na educação, impactando negativamente o acesso e a permanência no ambiente escolar. Regressando ao período colonial e à escravização, a posterior abolição em 1888 não houve a criação de políticas eficazes que buscassem incluir a população negra na sociedade, isso ocasionou em lacunas que persiste até os dias atuais. Desse

modo, a desigualdade social e o preconceito racial no Brasil criam barreiras que impossibilitam o desenvolvimento de pessoas negras.

Neste contexto, um conceito fundamental para entender as desigualdades sociais é a interseccionalidade, na medida que ela demonstra como raça e classe se cruzam de forma complexa, produzindo experiências únicas para cada indivíduo. No contexto escolar, a interseccionalidade se manifesta através da exclusão e marginalização dos estudantes.

Dayrell e Jesus (2016, p. 410 apud UNICEF 2012) , reforçam que a discriminação racial é uma das principais barreiras que os jovens adolescentes brasileiros enfrentam para ter seu direito à educação garantido. E para além disso, o total de excluídos da escola, tem a sua maioria negra e parda. Visto isso, o acesso desigual torna-se um dos agravantes para a desigualdade educacional brasileira, no qual jovens de famílias de baixa renda e de comunidades periféricas enfrentam mais dificuldades para acessar uma educação de qualidade, devido à falta de escolas próximas, transporte adequado e materiais escolares.

A infraestrutura escolar deficiente também soma para essa desigualdade aumentar, segundo Dayrell e Jesus (2016), a infraestrutura de prédios escolares contém muitos problemas, os currículos que pouco se aproximam com as experiências de vida e com os projetos e ideias de futuro dos jovens, os professores despreparados e/ou desmotivados para lidar com jovens estudantes e a violência que está presente no interior de algumas escolas são citadas como alguns problemas que, seguramente, desempenham um papel importante no contexto de exclusão escolar.

Dayrell e Jesus (2016) perceberam através das entrevistas trazidas para o artigo dos mesmos que alguns professores fazem a diferença na vida de alguns alunos. Esses alunos enxergam essa diferença pontuando as características positivas e ressaltando as qualidades das relações que têm quando são reconhecidos e tratados com respeito. Porém também relacionam o motivo das dificuldades enfrentadas ao desinteresse e até o baixo desempenho que tem nas disciplinas, aos seus professores. Ressaltando que a postura do professor, os métodos utilizados e as possibilidades de aprendizagem dificultam a aproximação aluno-professor e atrapalham diretamente no aprendizado.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, cerca de 32,9% dos negros e pardos viviam abaixo da linha de pobreza, em comparação com 15,3% da população branca. Estudantes negros de famílias trabalhadoras são, portanto, mais propensos a enfrentar dificuldades econômicas que afetam diretamente sua trajetória educacional. Segundo a UNICEF, em 2022, cerca de 39,1% dos jovens entre 14 e 29 anos que abandonaram a escola o fizeram para ingressar no mercado de trabalho, sendo que essa realidade afeta desproporcionalmente a juventude negra. Estima-se que mais de 70% dos jovens que deixam a escola sem concluir a educação básica são negros ou pardos, refletindo as dificuldades econômicas enfrentadas por essa população.

Esses estudantes fazem parte das pessoas que precisam conciliar os estudos com a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família. Isso resulta em altos índices de evasão escolar e menor desempenho acadêmico. A classe social influencia diretamente as oportunidades educacionais. Jovens de famílias com maior poder aquisitivo têm acesso a escolas particulares, cursos preparatórios para vestibulares e outras ferramentas que facilitam o ingresso no ensino superior. Já a falta de recursos financeiros impede muitos estudantes de terem acesso a materiais escolares, cursos extracurriculares e internet, recursos esses que são essenciais para o aprendizado.

Henrique Souza (2023), afirma que dentre os diversos fatores que impactam o maior fracasso escolar, pode-se destacar as demandas desde muito jovem para ajudar a contribuir com o orçamento familiar. E que essa entrada de maneira precoce no mercado de trabalho, que por muitas vezes acaba sendo pouco remunerado e de maneira não registrada, de forma precária, acaba impactando mais a frente na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

As representações sociais sobre a educação variam significativamente conforme o contexto social e cultural. Para algumas pessoas, a educação é vista como uma ferramenta de ascensão social e emancipação, especialmente em contextos em que o acesso ao conhecimento é associado à mobilidade econômica e social. Por outro lado, em lugares onde a escolarização tem sido historicamente associada a fracassos ou exclusão, a educação pode ser vista com ceticismo ou até mesmo desconfiança.

Por exemplo, em comunidades de baixa renda, a escola pode ser vista como um local onde as crianças são preparadas para o trabalho, mas também pode ser percebida como distante de suas realidades cotidianas, o que pode gerar um desinteresse ou descrédito nas práticas escolares. Já em grupos sociais

mais favorecidos, a educação é frequentemente vista como uma prioridade e uma garantia de sucesso futuro, sendo um investimento essencial para o desenvolvimento pessoal e profissional.

As expectativas em relação à escola estão estreitamente ligadas às representações sociais da educação. Em muitas famílias, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, a escola é vista como uma instituição que não só educa, mas que também cuida, alimenta, e protege as crianças. Nessas comunidades, a escola assume múltiplas funções, indo além do ensino formal.

Por outro lado, em famílias onde os pais possuem maior escolaridade, espera-se que a escola ofereça uma educação de alta qualidade, que prepare os estudantes para os desafios do mercado de trabalho e para o ingresso em instituições de ensino superior. Nesses casos, a expectativa pode incluir não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o desenvolvimento de habilidades sociais, culturais e esportivas.

As representações sociais e as expectativas em relação à escola têm um impacto direto na realidade escolar, influenciando tanto as práticas pedagógicas quanto às políticas educacionais. Professores e gestores escolares, ao compreenderem essas representações, podem adaptar suas práticas para melhor atender às necessidades e expectativas dos alunos e suas famílias. Além disso, políticas públicas que consideram as diferentes representações sociais da educação podem ser mais eficazes em promover a inclusão e a equidade no sistema educacional.

Como já dito, estudantes negros frequentemente enfrentam preconceito e discriminação no ambiente escolar. Esses atos de racismo podem ser explícitos ou sutis, mas de qualquer modo têm um impacto profundo na autoestima e no desempenho acadêmico desses jovens. Estudantes negros e pardos são subrepresentados nas universidades e ocupam, em média, menos anos de estudo em comparação aos brancos. O racismo institucionalizado e a discriminação racial na escola são fatores que contribuem para essa desigualdade. Assim, o racismo e o preconceito de classe são vivenciados por muitos estudantes dentro e fora da escola, afetando sua autoestima e desempenho escolar.

Em 2023, o abandono escolar em escolas públicas no Brasil continuou a ser um desafio significativo, especialmente no ensino médio. Segundo dados do Censo Escolar (2023), a taxa de evasão no ensino médio alcançou 6%, um aumento preocupante após o impacto da pandemia, que já havia afetado gravemente a permanência dos alunos na escola. Esse aumento reflete a continuidade das desigualdades educacionais, que se agravaram com a pandemia de COVID19.

Em comparação com anos anteriores, houve uma recuperação das taxas de abandono escolar que haviam caído durante a pandemia, quando medidas como a promoção automática foram adotadas para mitigar os efeitos do ensino remoto emergencial. Em 2019, por exemplo, segundo o IBGE a taxa de evasão no primeiro ano do ensino médio era de 21,3%, enquanto em 2020, esse índice caiu para 6,4%, devido à suspensão das reprovações. Com a retomada das atividades presenciais, essas taxas voltaram a subir, mas ainda não retornaram aos níveis pré-pandemia, evidenciando um cenário de vulnerabilidade persistente.

Além disso, a evasão escolar mostra variações importantes quando analisada por raça e gênero. Em 2023, a taxa de evasão foi mais alta entre estudantes negros e pardos (3,5%) em comparação com estudantes brancos (2,1%). Isso revela uma interseção preocupante entre desigualdade racial e educacional, que continua a ser um obstáculo significativo para o sucesso acadêmico de muitos jovens.

Segundo Dayrell e Jesus (2016, p. 411), “é importante frisar que os avanços significativos nas políticas voltadas para a superação da pobreza no Brasil ainda não lograram superar o grande fosso da desigualdade social.” Ou seja, mesmo com os avanços, o país ainda não superou sua desigualdade social e educacional, e essas pessoas ainda sentem o peso de terem que tentar elevar o nível social de suas famílias.

3. COMO A DESIGUALDADE DE CLASSE AFETA A EDUCAÇÃO:

O acesso a uma educação de qualidade está diretamente ligado à questão da classe social. Segundo Jessé Souza, a discussão envolvendo a classe vai além da definição liberal, relacionada apenas com o fator econômico, em sua definição, “a classe social é, antes de tudo, reprodução de privilégios, sejam eles positivos ou negativos”. (SOUZA, 2018, pg. 16). Jesse acrescenta que muitos privilégios positivos, como a posse de conhecimento valorizado são invisíveis, desta forma, estão além da questão econômica.

O sucesso na vida acadêmica está relacionado a questões familiares e sociais, uma pessoa que tenha pais com ensino superior completo tem mais chances de conseguir entrar e permanecer em uma

universidade, além de ter mais chances de sucesso no âmbito escolar básico. Isso se dá pelo fato de que é mais fácil ser influenciado pelo que se vê, se tem como exemplo. Caso a pessoa tenha pais trabalhadores, e com baixa escolaridade, as chances de ela ter sucesso acadêmico diminui, pois ela já não vai ter o exemplo e o incentivo necessário para estudar e podendo até desvalorizar o valor do estudo.

“A possibilidade de aprendizado efetivo na escola requer a existência anterior, no ambiente doméstico e desde a mais tenra idade, de estímulos emocionais e morais (também invisíveis). Ninguém nasce com capacidade de concentração, disciplina e autocontrole, amor à leitura, pensamento prospectivo ou capacidade de pensamento abstrato. Em seu conjunto, essa herança imaterial permite a reprodução do privilégio da classe média real de uma geração a outra, transmitindo, por meio da socialização familiar típica da classe, o bom aproveitamento escolar e, mais tarde, o ingresso privilegiado no mercado de trabalho. A renda também ajuda a aprofundar a desigualdade, na medida em que as famílias de classe média podem comprar o tempo livre dos filhos apenas para o estudo” (SOUZA, 2018, pg.16).

O ensino oferecido por escolas particulares vai muito além do que se é oferecido em escolas públicas. Nas escolas particulares, os alunos são preparados para enfrentar uma vida acadêmica, prestar vestibulares, treinados a fazerem provas para que estejam em primeiro lugar. Em 2009, quando o Enem foi transformado em um mecanismo parcialmente centralizado de admissões de estudantes por meio do SISU (Sistema de Seleção Unificada). Para além do fator da democratização do acesso, a junção do ENEM-SISU deve ser compreendido como uma democratização de disputa, que contém efeitos ambíguos sobre o meio de acesso (Senkevics e Carvalho, 2020. pág. 344). Felícia Espinhaço (2015) cita que esse fato é “uma combinação que se tornou perversa na medida em que o investimento privado nos níveis primário e secundário e o escasso investimento nas escolas públicas tornaram os egressos das escolas privadas mais bem preparados para a seleção no vestibular.”

Nas classes populares, [...] os filhos começam a trabalhar e estudar aos 12 ou 13 anos. Mas a injustiça começa no berço e fica evidente aos 5 anos de idade, quando uns chegam à escola como vencedores e os outros como perdedores. Ou seja, a renda auferida pelos integrantes adultos da classe média só existe por conta dessa reprodução invisível de privilégios positivos na infância e na adolescência. Por aí se explica a renda diferencial dos indivíduos da classe média em relação aos das classes populares. Ao tornar invisível a reprodução de privilégios, a pseudociência liberal se torna manipuladora, invertendo causas e efeitos. Ela legitima privilégios injustos atribuindo-os ao “mérito individual” – a tal “meritocracia” hoje tão em voga – e chega até mesmo a culpar as vítimas do abandono pela sua própria exclusão” (SOUZA, 2018, pg.16)

Desta forma, o sociólogo aponta que a classe média tende a ver seus privilégios como “merecidos” através de um esforço pessoal, enquanto legitima o fracasso e a falta de oportunidade da população pobre, justificando as conquistas, ou a falta delas, como resultado de uma competição justa. Este processo baseado na meritocracia consolida as desigualdades presentes em nossa sociedade. (SOUZA, 2018)

Souza (2018), afirma que o conceito de meritocracia, amplamente divulgado, na verdade é uma justificativa para a manutenção das desigualdades sociais. Assim, o discurso meritocrático pode ser uma ferramenta que naturaliza as disparidades sociais, enquanto mantém os privilégios positivos da verdadeira classe média brasileira nos quais são “[...] o acesso ao conhecimento mais valorizado que garante altos salários, bem como reconhecimento e prestígio social” (SOUZA, 2018, pg. 141).

O autor apresenta outras características importantes na criação do indivíduo de classe média:

“A compra do tempo livre dos filhos está longe de ser o único privilégio positivo da classe média a ser contraposto aos privilégios negativos das classes populares. Tão ou até mais importantes são as heranças invisíveis e não monetárias. A capacidade de concentração, a percepção da leitura como atividade a ser estimulada, a autodisciplina e o autocontrole, a possibilidade de incorporação dos pensamentos abstrato e prospectivo— tudo isso é repassado aos filhos da classe média de forma imperceptível, como produto da mera socialização familiar (SOUZA, 2018, pg. 142).

Uma pesquisa realizada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), buscou analisar os efeitos das desigualdades socioeconômicas nas chances de evasão e conclusão do ensino superior na instituição. A pesquisa aconteceu em 2013 e buscou comparar os dados de 2012, ano anterior da adoção da política de cotas. Os resultados apontaram que a maior parte dos alunos negros se formaram em escolas públicas e dispendo de menor capital social e cultural, a permanência dos estudantes eram justificadas pela aquisição de conhecimentos gerais e aquisição de capital escolar universidade/acadêmico (COSTA; PICANÇO, 2020, pg.302).

As autoras afirmam, que os processos de acesso que garantem a permanência e impedem a evasão estão diretamente relacionados com a aquisição de capital cultural, não sendo determinante, mas é apontado como importante para a correlação entre permanência e evasão, tendo maior influência na trajetória educacional de estudantes negros (COSTA; PICANÇO, 2020, pg.302).

Os resultados da pesquisa citada fortalecem a afirmação feita por Jessé Souza, quando o sociólogo cita a herança negativa deixada pela classe baixa: “Como é a classe dos marginalizados que herda o abandono, o esquecimento, o ódio, a humilhação e o desprezo cotidianos que se dirigiam ao escravo, tudo para ela vai ser mais difícil (SOUZA, 2018, pg. 71). Assim:

“O filho das classes populares é condenado a reproduzir a falta de aptidão dos pais, reproduzida secularmente por práticas ativas de exclusão, exploração, humilhação e abandono. Por conta disso, muitos dos filhos dessas classes, aos 5 anos de idade, já entram na escola como perdedores, condenados ao analfabetismo funcional e, depois, ao trabalho semiqualeficado e desqualificado” (SOUZA, 2018, pg.142)

Diferentemente dos filhos das classes médias. Pois, os privilégios positivos apresentados pelo autor estão diretamente ligados à formação familiar das verdadeiras famílias das classes médias, mostrando a aquisição dos privilégios positivos ocorridos desde a infância.

“o cotidiano familiar [...] é bem diverso. Assim, um tio que sabe falar outra língua é admirado por todos e só isso produz na criança a percepção de que o aprendizado de línguas é algo bom e desejável. Do mesmo modo, a mãe que gosta de ler transmite ao filho o amor pelos livros. E assim por diante. Esse aprendizado afetivo, baseado na imitação das pessoas amadas e admiradas, faz com que uma criança de classe média entre na escola, por volta dos 5 anos, como vencedora” (SOUZA, 2018, pg. 143).

4. VESTIBULAR E LEI DE COTAS

O mito da democracia racial, segundo Abdias Nascimento, é uma ideologia, uma falsa ideia que busca minimizar e invisibilizar o racismo no Brasil, pois busca propagar a falsa ideia de que o país teria

superado o racismo e alcançado uma convivência harmônica entre as raças. Essa ideologia busca mascarar as profundas desigualdades raciais e o racismo estrutural, no qual é a herança deixada pelo período escravocrata. Assim, o mito da democracia racial pode ser entendido como uma ferramenta de manutenção do racismo, que agrava as questões raciais no Brasil (NASCIMENTO, 2016).

Lélia Gonzales, por sua vez, afirma que este discurso ideológico, faz com que o dominado se identificar com o dominador, assim, o negro é domesticado e infantilizado, não tendo fala própria. (Pág-225). Essa lógica de dominação não enxerga o negro como um indivíduo, bem como não reconhece a sua subjetividade, pois produz a marginalização desses indivíduos. A escritora ainda afirma que, “Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra.” (Pág-228)

O ingresso de pessoas pretas e pobres no ensino superior brasileiro é marcado por um histórico de exclusão e desigualdade. Durante décadas, o acesso ao ensino superior no Brasil foi restrito, favorecendo principalmente a elite branca e as classes mais abastadas. O sistema de vestibulares altamente competitivo no qual “se tornou perverso na medida em que o investimento privado nos níveis primário e secundário e escasso investimento nas escolas públicas tornaram os egressos das escolas privadas mais bem preparados para a seleção no vestibular” (Pinhaço, 2015. pág. 149) e a ausência de políticas de inclusão criaram um cenário em que as instituições públicas, especialmente as universidades federais, permaneciam inacessíveis para a maioria da população negra e de baixa renda.

No Brasil, a educação superior historicamente reproduz as desigualdades sociais e raciais do país. Até o início dos anos 2000, as universidades públicas eram majoritariamente frequentadas por estudantes de escolas particulares e de classe média alta. Esse cenário refletia uma combinação de fatores, como o sistema educacional segmentado, onde as escolas públicas ofereciam uma educação de qualidade inferior, além da ausência de políticas públicas que pretendessem corrigir as disparidades socioeconômicas e raciais.

Estudantes negros, especialmente os provenientes da classe trabalhadora, enfrentavam barreiras educacionais desde o ensino básico, passando por escolas com infraestrutura precária, professores mal remunerados e a necessidade de conciliar os estudos com o trabalho. Esse cenário perpetuava uma exclusão sistemática desses grupos do ensino superior.

Com a criação da política de cotas raciais e sociais, implementada inicialmente nas universidades estaduais do Rio de Janeiro em 2001 e, posteriormente, estendida a nível federal em 2012, representou uma virada importante nesse cenário. A Lei de Cotas (Lei 12.711/2012) estipulou que 50% das vagas das universidades públicas federais fossem reservadas para estudantes oriundos de escolas públicas, com parte dessas vagas destinada a negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, em proporção à composição racial da população em cada estado.

Essa política transformou significativamente o perfil dos estudantes nas universidades públicas. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, pela primeira vez, a maioria dos universitários brasileiros se identificou como preta ou parda, evidenciando o impacto positivo das cotas. O ingresso de estudantes negros e pobres, que antes era restrito a uma minoria, passou a ser uma realidade mais concreta para muitos.

Com isso, a política de cotas permitiu que milhares de estudantes negros e pobres ingressassem no ensino superior público, algo impensável para muitas famílias até a primeira década dos anos 2000. Democratizando o acesso ao ensino superior, abrindo portas para milhares de jovens que, antes, não tinham essa oportunidade. Tendo como reflexo a melhora da diversidade da população brasileira, tanto racial quanto socioeconômica dentro das universidades públicas.

Além do fato que para muitos estudantes negros e de baixa renda, o ingresso no ensino superior representou uma chance de ascensão social, oferecendo melhores oportunidades no mercado de trabalho. Ou seja, o ingresso ao ensino superior se tornou um importante mecanismo de mobilidade social, permitindo que estudantes de baixa renda tenham acesso a melhores oportunidades de trabalho e de vida.

O ingresso de estudantes negros oriundos de escolas públicas nas universidades públicas no Brasil tem registrado avanços, principalmente devido à implementação das políticas de cotas raciais e sociais. Desde a criação da Lei de Cotas em 2012, houve um aumento significativo na inclusão desses estudantes. Entre 2010 e 2020, o ingresso de estudantes negros nas universidades públicas cresceu 205% (Honorato e Zuccarelli 2022 p.22). No entanto, a desigualdade ainda persiste, principalmente no que diz respeito à permanência e ao sucesso acadêmico.

Em 2022, cerca de 55 mil estudantes negros ingressaram em universidades públicas via cotas étnico-raciais, o que representa um avanço importante (Exame, 2023). Contudo, o cenário da pandemia de COVID-19 afetou esse progresso, resultando em uma redução nas matrículas de cotistas. A crise econômica levou muitos jovens, especialmente de baixa renda, a abandonarem os estudos para trabalhar, o que afetou diretamente a taxa de ingresso.

A desigualdade racial no Brasil tem raízes históricas profundas, fortemente associadas ao legado da escravidão e à exclusão social. As cotas raciais representam uma tentativa de corrigir essas desigualdades, reconhecendo que a equidade de oportunidades não pode ser alcançada sem políticas afirmativas. A medida visa não apenas aumentar o número de estudantes negros nas universidades, mas também criar oportunidades para que esses indivíduos possam competir em condições mais justas no mercado de trabalho e na vida social.

As cotas raciais também têm um impacto direto no mercado de trabalho. À medida que mais estudantes negros se formam em universidades públicas, eles passam a ocupar espaços que antes lhes eram vedados, como cargos de liderança e profissões de maior prestígio. Isso contribui para a quebra de estereótipos raciais e ajuda a criar um ambiente mais inclusivo e diversificado em diversos setores da economia.

Costa e Pinhaço (2020, p. 283) reforçam que embora as cotas tenham mostrado um avanço direto no quesito da entrada de pessoas não privilegiadas nas Universidades, as suas chances de ingresso em cursos de maior prestígio continuam baixas, e o acesso continua concentrando-se em cursos onde já havia considerável representatividade negra, especialmente em humanidades e nas licenciaturas.

Como já dito, nas últimas décadas, houve avanços importantes, para a comunidade preta de baixa renda nas universidades públicas, mas esses esforços ainda enfrentam resistência e não são suficientes para acabar completamente com as desigualdades. A sensação de não pertencimento a esse espaço também é um grande agravante ao tentar enfrentar o ENEM.

A sensação de não pertencimento de pessoas pretas e pobres no espaço universitário é um fenômeno amplamente relatado e estudado, especialmente no contexto de inclusão via políticas de cotas raciais e sociais. Embora as cotas tenham ampliado significativamente o acesso dessas populações ao ensino superior, a integração plena e o sentimento de pertencimento dentro das universidades continuam sendo desafios. Essa sensação está intimamente ligada às condições sociais e econômicas desses estudantes, e impacta diretamente suas trajetórias educacionais, desde o ensino médio até o Enem e vestibulares.

Um estudo realizado por pesquisadores da USP e da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) apontou que estudantes negros de baixa renda enfrentam diversos obstáculos emocionais e psicológicos ao tentarem ingressar no ensino superior, como o sentimento de exclusão e inferioridade, o que pode influenciar seu desempenho em exames seletivos como o Enem. Esses estudantes, que geralmente vêm de escolas públicas e possuem pais com baixa escolaridade, têm notas significativamente menores, em média, em comparação aos estudantes brancos e de maior renda. Essa diferença pode chegar a 130 pontos em algumas áreas do Enem, praticamente inviabilizando o acesso a cursos altamente competitivos (Said, *Jornal da USP*, 2024).

Érica Peçanha do Nascimento (2021) traz em seu artigo falas de algumas entrevistas na qual se destacam que mesmo com a proximidade geográfica de pessoas que moram ao redor dos campus universitários, não seria criado uma expectativa de ingresso dentre esses moradores de baixa renda. Uma entrevistada afirma que o fato de “[...]ser uma mulher negra da periferia de São Paulo, a universidade pública sempre foi algo muito longe da minha realidade. Depois de todo processo e barreiras para chegar na universidade, encontrei outros obstáculos dentro da própria USP.” (Nascimento, 2021, pág. 173). Outro estudante também traz essa visão de não pertencimento ao ambiente universitário quando cita que “ao imaginar o que faria ao concluir o ensino médio, pensava em ingressar no mercado de trabalho e pagar uma faculdade. Ainda naquela época não sabia sobre universidades públicas, e nem que a USP, mesmo estando tão próxima de mim, era uma faculdade.”(Nascimento, 2021, pág. 173). Ou seja, mesmo estando tão próximos fisicamente das universidades, ainda existia uma barreira enorme que impedia de saber que eles poderiam estar ali dentro estudando.

Além disso, mesmo após ingressar na universidade, muitos desses alunos continuam a enfrentar desafios que reforçam a sensação de não pertencimento. Portanto, o impacto dessa sensação de exclusão se reflete tanto na decisão de prestar vestibulares como no desempenho em si, e reforça a importância de

políticas de apoio contínuo para garantir a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes após a entrada no ensino superior.

Mostrando assim, que a política de cotas foi um divisor de águas no acesso de jovens negros ao ensino superior, proporcionando uma virada importante, mas o desafio da permanência continua a ser um problema, com muitos enfrentando dificuldades para concluir seus cursos devido à falta de apoio financeiro e estrutural. O fortalecimento de medidas de permanência, como bolsas de estudo e auxílio para moradia e alimentação, é fundamental para garantir que esses avanços não sejam temporários.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão deste estudo destaca os principais desafios enfrentados por jovens negros de escolas públicas no Brasil, onde a interseção entre desigualdade racial e de classe cria barreiras significativas ao sucesso educacional. Os resultados mostram que, embora existam políticas voltadas para a inclusão, as disparidades históricas e estruturais ainda perpetuam a exclusão desses jovens, refletindo a falta de infraestrutura adequada nas escolas, currículos descontextualizados e professores despreparados.

Outro ponto crucial é a relação entre pobreza e abandono escolar, especialmente entre os jovens negros, que enfrentam maior dificuldade em conciliar trabalho e estudo. Além disso, o racismo institucionalizado e o preconceito de classe impactam diretamente a autoestima e o desempenho acadêmico desses estudantes, contribuindo para a evasão escolar e o baixo rendimento, revelando que essas desigualdades são historicamente enraizadas no Brasil, impactando diretamente a educação. O sistema educacional reflete e perpetua as disparidades sociais, dificultando o acesso, a permanência e o sucesso de estudantes negros da classe trabalhadora.

Desta forma, é possível observar que o mito da democracia racial agrava a questão da desigualdade social, mascarando as desigualdades raciais e mantendo as pessoas negras na marginalização. Pois, ao mascarar a desigualdade, essa ideologia impede que o racismo seja reconhecido e combatido efetivamente, negando a sua existência e promovendo a ideia de uma suposta igualdade.

Embora existam professores que fazem a diferença na vida dos alunos, a discriminação racial e as dificuldades econômicas continuam sendo obstáculos centrais, afetando tanto o acesso à educação quanto a continuidade nos estudos. Esses dados evidenciam a necessidade urgente de políticas educacionais mais inclusivas e sensíveis às realidades vividas por esses jovens, com foco na redução das desigualdades sociais e raciais no ambiente escolar.

Os principais resultados mostram que, além das barreiras socioeconômicas, o racismo estrutural e a falta de infraestrutura nas escolas públicas são fatores que afetam profundamente o desempenho acadêmico dos estudantes negros. As políticas públicas, embora tenham avançado, ainda não são suficientes para superar a desigualdade social e educacional, evidenciada por taxas mais altas de evasão escolar entre estudantes negros, especialmente nas áreas mais vulneráveis.

A interseccionalidade entre raça e classe revela que os desafios enfrentados por esses jovens são complexos, exacerbados pela necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar, o que afeta sua continuidade nos estudos. Embora existam professores que fazem a diferença na vida de alguns alunos, a falta de preparação de outros educadores e o desinteresse gerado pelas dificuldades sociais e escolares são obstáculos adicionais.

Portanto, o estudo reafirma a importância de políticas educacionais mais inclusivas e eficazes, voltadas para a redução das desigualdades raciais e de classe, com melhorias no acesso e permanência de jovens negros no sistema educacional, promovendo, assim, uma trajetória mais justa e equitativa.

Desta forma, é possível concluir que o fator classe é determinante na construção da vida acadêmica do indivíduo. Através da reprodução dos privilégios positivos invisíveis, como a posse do conhecimento valorizado, estas famílias seguem perpetuando um modelo de capital monopolizado, ou seja, exclusivo. A reprodução deste privilégio se torna possível através da falsa ideia da meritocracia.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

COSTA, Andrea Lopes da; PICANÇO, Felícia. **PARA ALÉM DO ACESSO E DA INCLUSÃO Impactos da raça sobre a evasão e a conclusão no Ensino Superior**. Novos estudos CEBRAP, v. 39, n. 2, p. 281-306, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista ciências sociais hoje, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

DAYRELL, Juarez Tarcisio; JESUS, Rodrigo Ednilson de. **JUVENTUDE, ENSINO MÉDIO E OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO ESCOLAR**. Educ. Soc., Campinas v.37 p.4007-423, 2016.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. **“NÃO HÁ MAIS CHANCES DE NÃO QUERER SEGUIR ESTE CAMINHO”: GRAFIAS DE UMA GERAÇÃO DE JOVENS NA UNIVERSIDADE PÚBLICA**. Revista Mundaú, n.10, p 166-182, 2021.

PICANÇO, Felícia. **JUVENTUDE POR COR E RENDA NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR Somando desvantagens, multiplicando desigualdades?** RBCS, v.30, 2015.

SENKEVICS, Adriano Souza; CARVALHO, Marília Pinto. **Novas e velhas barreiras à escolarização da juventude**. Estudos Avançados 34, 2020

SOUZA, Henrique Restier da Costa. **A TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DA JUVENTUDE NEGRA MASCULINA: DO FUNDAMENTAL À PÓS-GRADUAÇÃO**. Cadernos de Estudos Sociais, v 37, n 2, 2022.

GLOBO, agência o. **Número de novos cotistas nas universidades federais tem a maior queda em dez anos, aponta Inep. EXAME.**, 23/10/2023. Disponível em <<https://exame.com/brasil/numero-de-novos-cotistas-nas-universidades-federais-tem-a-maior-queda-em-dez-anos-aponta-inep/>> Acesso em 26/09/2024

SAID, Tabita. **Estudantes negros e de baixa renda têm desempenho prejudicado no ENEM, constata estudo**. Jornal da USP. 15/03/2024 atualizado em 19/03/2024. Disponível em <<https://jornal.usp.br/diversidade/estudantes-negros-e-de-baixa-renda-tem-desempenho-prejudicado-no-ene-m-constata-estudo/>> Acesso em 26/09/2024

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 2ª edição , 2022, Rio de Janeiro. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=resultados>> Acesso em 26/09/2024

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio**. 2020, Editora Estatísticas Sociais. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>> Acesso em 26/09/2024

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisa, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41, 2019. Disponível em <<https://assets.lupa.news/425/4251177.pdf>> Acesso em 26/09/2024